



GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Regimental n. 318.449-8

Embargantes: Centro Distribuidora da Construção Ltda

Embargada: Banco Bradesco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Embargos de declaração no agravo regimental. Conversão de ação de busca e apreensão em ação de depósito. Possibilidade. Precedentes do STJ e Desta Corte de Justiça. Suposta omissão quanto à aplicabilidade do Decreto Lei n. 911/1969. Não verificada. Suposta omissão quanto à inexistência da figura do depósito. Não verificada. Matérias exaustivamente apreciadas pelo voto embargado. Pretensão de modificação do julgado. Não cabimento. Embargos de Declaração rejeitados por unanimidade.

I – As matérias supostamente omissas foram expressamente apreciadas pelo voto embargado, inclusive com base em amplo entendimento jurisprudencial do STJ e desta Corte de Justiça, não havendo que se falar em qualquer tipo de omissão.

II – Percebe-se ser pretensão da embargante a revisão dos fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos. Se a recorrente não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

III - Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração n. **318.449-8**, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 21.11.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

22

**TJPE**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

237

Embargos de Declaração no Agravo Regimental n. 318.449-8

Embargantes: Centro Distribuidora da Construção Ltda

Embargada: Banco Bradesco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Cuido de embargos de declaração opostos por Centro Distribuidora da Construção Ltda contra acórdão que negou provimento ao agravo regimental anteriormente interposto pela ora embargante.

O cerne do debate reside, em suma, na possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, com base no artigo 4º do decreto lei nº 911/69, tendo em vista a não localização do bem móvel objeto do litígio.

O acórdão embargado foi assim ementado (fl. 216):

PROCESSO CIVIL. CONVERSÃO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. POSSIBILIDADE. VALOR DA MULTA MANTIDO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE.

I – O STJ possui entendimento pacífico quanto à possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito.

II – É plenamente adequada a fixação de astreintes para o caso de descumprimento da ordem judicial que determinou o depósito de bem móvel.

III – Deve ser mantido o valor da multa diária em R\$ 200,00, por atender aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; servir de estímulo ao cumprimento da medida judicial e ainda por estar compatível com as particularidades do caso concreto.

Embargos de declaração (fls. 214/229): Sem preliminares. No mérito, a embargante alega ter sido o julgado omissos quanto à aplicabilidade do Decreto Lei n. 911/1969 e quanto à inexistência da figura do depósito.

Com base nisso, pugna pelo provimento do presente recurso, com o devido esclarecimento dos supostos pontos omissos.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

238

Embargos de Declaração no Agravo Regimental n. 318.449-8

Embargantes: Centro Distribuidora da Construção Ltda

Embargada: Banco Bradesco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por meio do presente recurso a embargante alega ter sido o julgado omissivo quanto à aplicabilidade do Decreto Lei n. 911/1969 e quanto à inexistência da figura do depósito.

Segundo a embargante, deve ser declarada a ausência do interesse de agir quanto ao pleito de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, em virtude da impossibilidade constitucional de prisão do depositário infiel.

A bem da verdade tais matérias foram exaustivamente apreciadas pelo voto embargado, razão pela qual transcrevo a fundamentação nele proferida:

Inicialmente, a Centro Distribuidora defende a impossibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito.

A referida matéria já foi exaustivamente apreciada por esta relatoria nos seguintes termos:

O presente recurso visa reforma de decisão exarada pelo juízo singular que determinou a conversão da ação de busca e apreensão proposta pelo Banco Bradesco em ação de depósito, tendo em vista a não localização do bem móvel objeto do litígio, com base no artigo 4º do decreto lei nº 911/69.

Segundo informações dos autos, o magistrado de base concedeu a tutela de urgência para a apreensão dos bens móveis. Tal decisão, contudo, não foi cumprida em razão do bem não ter sido localizado, conforme se infere da certidão exarada pelo oficial de justiça (fl. 162).

A bem da verdade, o próprio Decreto-Lei 911/69 (regulador de normas de processo sobre alienação fiduciária), prevê, em seu art. 4º, a possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em depósito no caso do bem não ser encontrado ou não se achar na posse do devedor. Senão vejamos:

Art. 4º Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, na forma prevista no Capítulo II, do Título I, do Livro IV, do Código de Processo Civil. (original sem destaques)

Foi, inclusive, destacado entendimento absolutamente pacífico do STJ quanto à possibilidade da ação de busca e apreensão em ação de depósito:

Ademais, o STJ possui entendimento consolidado quanto à possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, como demonstram os precedentes adiante transcritos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 998.524 - MA (2007/0279547-6) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO AGRAVANTE : MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS ADVOGADO : PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA E OUTRO (S) AGRAVADO : TECOMAR CONSTRUTORA MARANHENSE LTDA ADVOGADO : JOSÉ CARLOS TAVARES DURANS E OUTRO (S) DECISÃO 11. Cuida-se, de agravo de instrumento interposto por Mercantil do Brasil Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimentos contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundado no artigo 105, alínea a da Constituição Federal, em autos sobre ação de busca e apreensão movida pela ora agravante em face de Tecomar - Construtora Maranhense Ltda e outro perante o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Nas razões do recurso especial (fls. 44-66), alega o recorrente, violação aos artigos 471, 473, 535 e 538 do Código de Processo Civil. [...]

3. Esta Corte Superior tem entendimento firmado no sentido de que se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, é permitido ao credor, em razão do princípio da instrumentalidade das formas requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em depósito. Nesse sentido, confira-se: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO DE DEPÓSITO. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. - Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, ao credor é permitido requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito (art. 4º do Decreto-Lei nº 911, de 1º.10.1969). Recurso especial conhecido e provido parcialmente. (REsp 402.439/MS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2002, DJ 26/08/2002 p. 239) O pedido de conversão da busca e apreensão em depósito fora acolhido, e posteriormente extinto de forma inadequada, porquanto estavam presentes os requisitos para a ação de busca e apreensão, ou seja, a constituição da mora fora realizada adequadamente por meio da notificação extrajudicial entregue pelo cartório no endereço do devedor, mesmo que não tenha sido por este recebida pessoalmente. Assim, deverá ser anulada a sentença que extinguiu a ação de depósito e consequentemente afastada a multa cominada. 4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 544, § 3º, do CPC, conheço do agravo de instrumento para conhecer do recurso especial e, na extensão, dar-lhe provimento para cassar a sentença, afastar a multa cominada e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja dado prosseguimento à ação de depósito. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 28 de março de 2011. Ministro Luis Felipe Salomão Relator (STJ - Ag: 998524, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Publicação: DJ 13/04/2011) (original sem destaques)

E mais,

RECURSO ESPECIAL Nº 1.144.339 - RS (2009/0111819-7) RELATOR : MINISTRO HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP) RECORRENTE : BANCO VOLKSWAGEN S/A ADVOGADO : LUISI TRELLES RUSCHEL E OUTRO (S) RECORRIDO : JULIANO ANESI E COMPANHIA LTDA ADVOGADO : RENATO MARTINELLI E OUTRO (S) PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONVERSÃO EM DEPÓSITO. FURTO DO BEM. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS. 1 - Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, ao credor é permitido requerer seja convertido o pedido de busca e apreensão em ação de depósito. 2. (art. 4º do Decreto-Lei nº 911, de 1º.10.1969) Na hipótese justificada em se restituir o bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor, após a conversão da ação de busca e apreensão em depósito, prosseguir nos próprios autos a cobrança do equivalente em dinheiro. 3. Recurso especial provido. [...]

No que diz respeito à conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, o entendimento firmado por esta Corte é no sentido de que é possível sua conversão quando o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor. Ademais, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que, na hipótese justificada em se

239

restituir o bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor, após a conversão da ação de busca e apreensão em depósito, prosseguir nos próprios autos a cobrança do equivalente em dinheiro. [...]

(STJ - REsp: 1144339 , Relator: Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), Data de Publicação: DJe 05/08/2010) (original sem destaques)

Em seguida, foi também destacado o posicionamento deste Tribunal de Justiça sobre a questão ao julgar caso bastante semelhante ao presente:

Em seguida, foi também destacado o posicionamento desta Corte de Justiça acerca da matéria:

Este Tribunal também já se manifestou acerca da questão em evidência, ao julgar caso semelhante ao presente, em decisão proferida pelo Desembargador Eduardo Paurá, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo de instrumento, interposto por EMBRACON ADM DE CONSÓRCIO LTDA., em face de decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, que, nos autos da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, processo nº 243.2005.002077-2, não autorizou a conversão desta ação em ação de depósito, sob o argumento de que não houve a recepção do art. 4º do Decreto-lei 911/69 pela ordem constitucional vigente (fls. 79/80). Sustenta a agravante (fls. 02/06), em síntese, que é cabível a conversão da ação de busca e apreensão em depósito, na forma do que dispõe o art. 4º do Decreto-lei 911/69, assim como eventual prisão do réu, em razão de ter ele assumido o encargo de fiel depositário do bem objeto da demanda. Pleiteia, então, a concessão da liminar, a fim de ser admitida a referida conversão, com a cominação de prisão civil para a hipótese de o réu/agravado não entregar o bem ou o seu equivalente em dinheiro, e, ao final, o provimento do agravo. Junta os documentos de fls. 07/80. É o breve relatório. Decido. O agravo de instrumento é tempestivo, atende às disposições dos arts. 524 e 525 do CPC e não cabe a conversão em retido (art. 527, II, do CPC, na redação da Lei 11.187/2005). Admito o seu processamento. **TEM PERTINÊNCIA A PRETENSÃO DA AGRAVANTE NO PONTO CONCERNENTE À CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. COM EFEITO, É ABSOLUTAMENTE PACÍFICO ENTENDIMENTO ACERCA DA POSSIBILIDADE DA CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO, havendo ainda alguma divergência sobre se o descumprimento da ordem de depósito enseja ou não a prisão civil do depositário. O Supremo Tribunal Federal posiciona-se no sentido da possibilidade da prisão civil de devedor/fiduciante, estando atualmente em discussão, no RE 466343/SP, a constitucionalidade da prisão civil do depositário infiel nos casos de alienação fiduciária em garantia, havendo vários votos favoráveis à tese da inconstitucionalidade. Já o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pela impossibilidade da decretação da prisão civil do devedor/fiduciante que não restitui o bem dado em garantia fiduciária quando intimado para tal, porque não se trata de depósito tradicional. **ASSIM, APLICA-SE O DISPOSTO NO ART. 906 DO CPC, QUE CONFERE AO AUTOR O DIREITO DE, QUANDO NÃO RECEBER A COISA OU O EQUIVALENTE EM DINHEIRO, "PROSSEGUIR NOS PRÓPRIOS AUTOS PARA HAVER O QUE LHE FOR RECONHECIDO NA SENTENÇA, OBSERVANDO-SE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA". Com exceção da autorização da decretação de prisão civil, não há dúvida de que a Constituição Federal recepcionou o dispositivo legal que permite a conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito - art. 4º do Decreto Lei 911/69. Decorre a tal conversão de norma legal em pleno vigor e recepcionada por nossa Carta Magna. Ante o exposto, tenho por bem deferir a medida liminar, de forma a deferir a conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, ficando, no entanto, afastada a decretação da prisão civil do devedor fiduciário, facultado à autora/agravante, caso o bem dado em garantia não venha a ser encontrado, cobrar do devedor o valor do bem, nos mesmos autos, através de execução por quantia certa. Cientifique-se desta decisão, mediante expedição de ofício, o juízo da causa. Intimem-se as partes, o agravado na forma e para os fins do art. 527, V, do CPC. Publique-se, intime-se e cumpra-se.****

(AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0169550-1. AGRAVANTE: EMBRACON ADM DE CONSÓRCIO LTDA. AGRAVADO: EDELSON DOS SANTOS SILVA. ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL. RELATOR: DES. EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM 07.05.2008) (original sem destaques).

Dessa forma, considerando a existência de relação contratual entre os litigantes, a ausência de adimplemento e a não localização do bem móvel é perfeitamente cabível a conversão da ação de busca e apreensão para a ação de depósito, como corretamente determinado pelo magistrado de base.

Houve ainda expressa manifestação quanto à inaplicabilidade da figura do depositário infiel ao caso concreto e quanto aos efeitos da conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito:

Ainda neste particular a Centro Distribuidora defende não ser possível a prisão do depositário infiel. No entanto, não houve determinação judicial nesse sentido e nem sequer pedido do Banco credor, razão pela qual deixo de apreciar tal alegação.

Como se observa, foi suficientemente esclarecida a possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, notadamente porque essa é uma previsão do próprio art. 4º do Decreto-Lei 911/69, que regula normas de processo sobre alienação fiduciária.

Foi também demonstrado o entendimento do STJ e desta Corte de Justiça sobre a matéria.

Nesse contexto, frise-se: a principal finalidade da aludida conversão é possibilitar ao credor a cobrança do valor equivalente ao bem nos próprios autos e não a prisão civil do depositário infiel como alega a agravante.

Nesse sentido, destaco julgamento desta Corte de Justiça:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO AO CONSUMIDOR FINAL GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA REJEITADA. CONVERSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. APELO PROVIDO À UNANIMIDADE PARA ADMITIR A CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. 1. Não há que se falar em julgamento extra petita a ensejar a nulidade da sentença, quando a decisão não condena a parte em objeto distinto do pretendido na inicial. 2. O entendimento mantido atualmente pelo STJ é claro e preciso no sentido de ser possível a transformação da ação de busca e apreensão em ação de depósito, prosseguindo-se nos autos desta última a cobrança da dívida, tornando desnecessário o ajuizamento de execução. (TJ-PE - AC: 33038 PE 9500400557, Relator: Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 26/08/2009, 1ª Câmara Cível) (original sem destaques)

A propósito, o STF editou a Súmula Vinculante n. 25 de seguinte teor: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito".

A matéria, portanto, restou superada, razão pela qual não deve prevalecer a irresignação da ora agravante.

Ademais, em nenhum momento a decisão a quo se manifestou sobre a prisão civil do depositário infiel, nem sequer pedido do Banco credor nesse sentido.

Como se observa, todos os pontos elencados no agravo regimental anteriormente interposto pela ora embargante foram devidamente apreciados, não havendo que se falar em qualquer tipo de omissão.

A bem da verdade, o julgador é obrigado a fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, mas não a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, nem a especificar os artigos ou dispositivos utilizados para

adotar seu posicionamento quando do julgamento da demanda, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. **Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido.** III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este. (1041518 DF 2008/0061890-0, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011) (original sem destaques)

Portanto, percebe-se ser pretensão da embargante a revisão dos fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.

Se a recorrente não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Logo, a decisão da forma em que se encontra é suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

Diante do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, para manter a decisão embargada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator